

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições estatutárias vigentes, a administração da FÁBRICA DA PEDRA S/A – FIAÇÃO E TECELAGEM submete a apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras.

As referidas informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária, vêm acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2004.

AS TENDÊNCIAS PARA 2005

Alguns sinais já são visíveis. A carteira de pedidos está em expansão, e a implementação das ações propostas no plano estratégico para 2005 dará uma melhor performance no nosso parque industrial, que com aumento de sua

capacidade de produção e redução de custos, contribuirá consideravelmente para enfrentar as oportunidades e a competitividade do mercado interno e externo.

Expressamos nossos agradecimentos aos funcionários, clientes e todos aqueles que colaboraram na construção de mais um ano de conquistas importantes para companhia.

Maceió-AL, 31 de dezembro de 2004

Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto
Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS Levantados em 31 de dezembro de 2004 e 2003					
	2004	2003	2004	2003	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	
ATIVO					PASSIVO
CIRCULANTE					CIRCULANTE
Caixa e bancos	556	521	Fornecedores	2.559	4.742
Aplicações financeiras	2.686		Empréstimos, financiamentos e encargos	20.300	13.986
Contas a receber de clientes	16.014	14.113	Impostos, taxas e contribuições	1.039	1.011
Provisão para devedores duvidosos	(1.023)	(987)	Provisão para férias e encargos sociais	523	441
Estoques	6.018	12.036	Outras contas a pagar	31	49
Impostos a recuperar	416	2.302	Total do circulante	24.452	20.229
Outras contas a receber	861	438			
Total do circulante	25.528	28.423			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Impostos a recuperar	811		Impostos diferidos		3.082
Empresas ligadas	16	1	Empréstimos e financiamentos	22.329	25.181
Depósitos judiciais	4.894	3.711	Empresas ligadas		4.678
Outras contas a receber		145	Provisão para contingências	1.182	1.182
Total do realizável a longo prazo	5.721	3.857	Outras contas a pagar	879	1.075
			Total do exigível a longo prazo	24.390	35.198
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos	119	117	Capital social	45.816	45.816
Imobilizado	20.933	43.286	Reserva de capital	430	417
Diferido	253	506	Reserva de reavaliação		17.132
Total do permanente	21.305	43.909	Prejuízos acumulados	(42.534)	(42.603)
			Total do patrimônio líquido	3.712	20.762
TOTAL	52.554	76.189	TOTAL	52.554	76.189

	2004	2003
	R\$ mil	R\$ mil
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	70.197	57.440
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(12.527)	(6.668)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	57.670	50.772
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(43.695)	(39.932)
LUCRO BRUTO	13.975	10.840
DESPESAS OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	(2.163)	(2.083)
Vendas	(4.309)	(3.849)
Provisão para devedores duvidosos	(37)	(67)
Honorários dos administradores	(60)	(60)
Despesas financeiras, líquidas	(6.303)	(3.400)
Depreciações e amortizações	(517)	(886)
Outras despesas operacionais, líquidas	(479)	(441)
Total	(13.868)	(10.786)
LUCRO OPERACIONAL	107	54
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(387)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	107	(333)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Redução	(12)	(417)
Corrente	(25)	(159)
Diferido		(597)
Total	(37)	(1.173)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	70	(1.506)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$	2,79	(59,97)

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

	2004	2003
	R\$ mil	R\$ mil
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações sociais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	70	(1.506)
Despesas que não afetam o capital circulante líquido		
Depreciações e amortizações	3.398	6.508
Valor residual do ativo permanente baixado	8	435
Redução de imposto de renda	12	417
Reversão (constituição) de impostos diferidos ativos		597
Variações monetárias líquidas e encargos sobre o longo prazo	(115)	341
Ajuste de exercício anterior		(350)
Total das operações	3.373	6.442
Transferência do ativo realizável a longo prazo para o ativo circulante	145	1.206
Transferência do passivo circulante para o exigível a longo prazo		1.062
Diminuição do realizável a longo prazo	10	33
Aumento do exigível a longo prazo	849	350
Total das origens	4.377	9.093
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento do realizável a longo prazo	1.208	1.194
Aumento do investimento	2	
Transferência do ativo circulante para o realizável a longo prazo	811	
Aumento do imobilizado	1.014	653
Diminuição do saldo a pagar a empresas do grupo	5.361	805
Redução de empréstimos e financiamentos	1.193	
Diminuição do exigível a longo prazo para o passivo circulante	1.906	1.701
Total das aplicações	11.495	4.353
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(7.118)	4.740
REPRESENTADO (A) POR:		
Ativo circulante		
No final do exercício	25.528	28.423
No início do exercício	28.423	22.340
(Diminuição) Aumento	(2.895)	6.083
Passivo circulante:		
No final do exercício	24.452	20.229
No início do exercício	20.229	18.886
Aumento	4.223	1.343
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(7.118)	4.740

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
	R\$ mil	Redução de	Reserva de	Prejuízos	Total
	R\$ mil	Imposto de Renda	reavaliação	acumulados	R\$ mil
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2003	45.816		22.193	(42.793)	25.216
Ajustes de exercícios anteriores				(350)	(350)
Constituição de reserva de redução de imposto de renda		417			417
Reversão da reserva de reavaliação e dos impostos diferidos			(3.015)		(3.015)
Realização da reserva de reavaliação			(2.755)	2.755	
Realização dos impostos diferidos sobre reserva de reavaliação			709	(709)	
Prejuízo do exercício				(1.506)	(1.506)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	45.816	417	17.132	(42.603)	20.762
Constituição de reserva de redução de imposto de renda		12			12
Reversão da reserva de reavaliação e dos impostos diferidos			(20.214)		(20.214)
Realização dos impostos diferidos sobre reserva de reavaliação			3.082		3.082
Lucro líquido do exercício				70	70
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	45.816	429		(42.533)	3.712

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem por objetivo a fabricação de fios, tecidos e confecções, podendo ainda atuar no beneficiamento de algodão, prestação de serviços e participação no capital de outras empresas. Os principais produtos ofertados ao mercado são: fios, tecidos cru e acabado.

Localizada na cidade de Delmiro Gouveia no estado de Alagoas, a Companhia é dotada da mais avançada tecnologia de ponta disponível no mercado internacional e vive em constante trabalho de pesquisa e controle de qualidade. A produção básica é de tecidos para cama e mesa, sendo uma das líderes no mercado nacional, e sua produção destina-se, principalmente, para a cidade de São Paulo.

A Companhia vem apresentando prejuízos ao longo dos últimos quatro exercícios, devido às dificuldades em que se encontram o setor têxtil e a lenta recuperação da economia nacional.

No ano de 2004 foram apresentadas algumas melhorias nas operações, tendo sido obtido um crescimento de 22% nas vendas, contra apenas 9% nos custos. Para o exercício de 2005, serão implementadas certas ações que permitam a melhor performance do parque industrial através do aumento da capacidade de produção e redução de custos, o que contribuirá para a competitividade do mercado interno e externo. Aliado a esses eventos, a administração entende que os acionistas proverão os recursos necessários para manutenção das operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e consoante os seguintes principais critérios contábeis:

a) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

b) Contas a receber de clientes

São registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

c) Provisão para devedores duvidosos

É constituída com base em análise e avaliação por parte da administração, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, se necessário, ao valor de mercado.

e) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, construção, reavaliação, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na nota explicativa no 8.

f) Diferido

É demonstrado pelos gastos pré-operacionais e com modernização, sendo amortizados à taxa de 10% ao ano, a partir do início das operações.

g) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

h) Receitas e despesas

São reconhecidas pelo regime de competência.

i) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os principais valores estimados são: provisão para devedores duvidosos, depreciação e provisão para contingências, e podem ser diferentes dos efetivamente apurados.

3. IMPOSTO DE RENDA

A Companhia goza do incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda incidente sobre o lucro da exploração resultante das operações com fios de algodão e tecidos.

Os valores relativos à isenção do imposto de renda são registrados a débito do resultado do exercício e a crédito de conta específica de reserva de capital, no patrimônio líquido.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alquotas de 15% (quinze por cento) mais adicional de 10% e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

4. ESTOQUES

	2004	2003
	R\$ mil	R\$ mil
Produtos acabados	3.290	7.228
Matérias primas	831	2.672
Materiais de embalagem e almoxarifado	1.657	1.881
Materiais em poder de terceiros	228	255
Materiais em trânsito	12	-
Total	6.018	12.036

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2004	2003
	R\$ mil	R\$ mil
IRRF sobre aplicações financeiras	887	1.106
ICMS sobre aquisições de imobilizado	163	206
ICMS a recuperar		920
Outros	177	70
Total	1.227	2.302

6. IMPOSTOS DIFERIDOS

	2003
	Exigível a longo prazo
	R\$ mil
Imposto de renda	1.263
Contribuição social	1.819
Total	3.082

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no exigível a longo prazo, foram calculados sobre o valor de constituição da reserva de reavaliação, levando-se em consideração os incentivos fiscais existentes. No exercício de 2004 a administração decidiu, conservadoramente, reverter o saldo remanescente da reserva de reavaliação e consequentemente estornar os saldos dos impostos diferidos.

7. EMPRESAS LIGADAS

Os saldos das transações com as empresas do Grupo não são atualizados monetariamente, não estão suportados por contratos de mútuo e são demonstrados como segue:

	2004		2003	
	Realizável a longo prazo	Exigível a longo prazo	Realizável a longo prazo	Exigível a longo prazo
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
USINA CAETÉ S.A.	-	-	-	4.678
Outros	16	-	1	-
Total	16	-	1	4.678

A Companhia utilizou-se de créditos de IPI sub judice de outras empresas do mesmo grupo controlador até o exercício de 2004 no montante de R\$ 2.664 mil (2003, R\$ 2.409 mil). O Contrato de Transferência de Crédito de IPI prevê que a empresa de origem do crédito transferido assumirá todas e quaisquer responsabilidades, em vias administrativa ou judicial, pelo recolhimento do tributo, caso seja julgada improcedente a demanda sobre o IPI.

8. IMOBILIZADO

	2004		2003		Taxa anual de depreciação
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	%
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	
Terrenos	3.008	-	3.008	3.008	
Prédios e construções	7.874	(3.501)	4.373	4.589	4
Máquinas e equipamentos industriais	37.136	(24.656)	12.480	34.175	10
Móveis e utensílios	728	(516)	212	291	10
Veículos	558	(442)	116	166	20
Instalações	1.046	(598)	448	574	10
Equipamentos de computação	789	(652)	137	250	20
Outros	265	(106)	159	233	
Total	51.404	(30.471)	20.933	43.286	

Nos exercícios de 2004 e de 2003, em função dos sucessivos prejuízos, da desativação de certos ativos, e em atendimento a Deliberação CVM nº 183 de 19 de junho de 1995, referendada pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil IBRACON, a administração decidiu conservadoramente, proceder à reversão da reserva de reavaliação correspondente a essas máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 20.214 mil (2003, R\$ 3.313 mil), R\$ 17.132 mil (2003, R\$ 3.015 mil) líquido de impostos e contribuições.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

	2004	2003
	R\$ mil	R\$ mil
Em moeda estrangeira		
Financiamento de importação - variação cambial e juros variáveis de 2,07% a 3,28% (2003, 2,34% a 2,57%) ao ano	3.805	2.292
Em moeda nacional		
Capital de giro - variação do CDI e juros de 0,10% a 0,45% ao mês	1.158	507
Finame - juros variáveis de 3,5% a 4% ao ano acima da TJLP	250	1.954
Projetos - juros variáveis de 3,5% a 4% ao ano acima da TJLP	10.278	11.505
BNB - Subjudice - variação da ANBID e juros de 5% ao ano (1)	27.138	22.909
Total	42.629	39.167
Passivo circulante	(20.300)	(13.986)
Exigível a longo prazo	22.329	25.181

(1) A Companhia está questionando judicialmente a atualização monetária e juros de contrato de financiamento, e passou a atualizar o passivo com base no seu pleito judicial mantendo uma provisão no montante de R\$ 15.352 mil (2003, R\$ 11.123 mil), que corresponde a atualização monetária pelos índices contratuais e que deverá ser revertido ao

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam das seguintes vantagens e direitos:

Classe "A"

Prioridade de recebimento de um dividendo fixo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor do capital atribuído a estas ações e tem direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros.

Classe "B"

Participação dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros.

Classes "C" e "D"

Prioridade na distribuição de um dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor do capital atribuído a estas ações e prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

Classe "E"

Resgatáveis num prazo máximo de até 12 (doze) anos sem redução do capital social, mediante constituição de reservas de resgate formada com base em 15% calculado sobre o lucro anual ajustado e dividendos fixos prioritários não cumulativos de 0,1% do lucro líquido ajustado, respeitada a preferência das demais classes.

O estatuto social prevê a seguinte destinação para os lucros auferidos em cada exercício, após aprovação por Assembléia Geral Ordinária:

- . 5% para constituição de fundo de reserva legal, o qual não poderá ultrapassar o limite de 20% do valor do capital social;
- . 2% para distribuição aos empregados da Companhia, por decisão do Conselho de Administração;
- . 10% para gratificação à administração da Companhia;
- . 25%, ajustado na forma da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendos aos acionistas.
- . 15% para a constituição da reserva estatutária de resgate de ações preferenciais classe "E".

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e da contribuição social que afetaram o resultado no exercício são demonstrados como segue:

	2004 R\$ mil	2003 R\$ mil
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	107	(333)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de legislação	(36)	113
Ajustes ao prejuízo do exercício :		
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos		(597)
Imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação		(936)
Outros	(1)	247
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(37)	(1.173)

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2004, prejuízos fiscais no montante de R\$ 23.775 mil (2003, R\$ 24.088 mil), e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 21.767 mil (2003, R\$ 22.831 mil).

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e dos títulos a receber. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Sociedade monitora as contas a receber de clientes, cortando o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos. No caso de cliente o risco de crédito é mínimo devido à qualidade da carteira e do histórico de inadimplência.

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado (principalmente TJP ou IGPDI).

Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de câmbio, em função dos saldos de empréstimos e financiamentos atrelados aos mesmos, que em 31 de dezembro de 2004 montavam R\$ 3.805 mil (2003, R\$ 2.292 mil) os quais não estão cobertos por "hedge".

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis, registrados em operação com empresas do grupo e empréstimos e financiamentos, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não tem sido prática da Companhia operar com derivativos.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Fábrica da Pedra S.A. Fiação e Tecelagem
Delmiro Gouveia - AL

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Fábrica da Pedra S.A. Fiação e Tecelagem, levantados em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. A Companhia está questionando judicialmente, o índice de atualização monetária do empréstimo junto ao Banco do Nordeste do Brasil e não vem procedendo ao registro dos encargos com base neste índice e sim conforme pleiteado judicialmente. Este procedimento está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente relacionadas ao princípio do conservadorismo que estabelece que tal diferença somente poderá deixar de ser

reconhecida contabilmente, quando do trânsito em julgado da sentença judicial favorável a Companhia. Os efeitos desse assunto estão mencionados na nota explicativa nº 9.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo 3, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fábrica da Pedra S.A. Fiação e Tecelagem em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios baseado na recuperação do valor investido através de suas atividades e/ou no aporte de recursos dos acionistas controladores, logo, não foram constituídas provisões para perdas na recuperação de certos ativos e/ou constituição de certos passivos que são requeridos em tal situação.

Salvador, 22 de março de 2005

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
 CRC 2 SP Nº 011.609/O-8-S "AL"

José Othon Tavares de Almeida
Contador
 CRC BA Nº 013.212/O - S "AL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nancy Virginia K. Lyra - Presidente
 CPF(MF) 002.651.014-68
Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias - Vice-Presidente
 CPF(MF) 140.136.144-72
Leila Soriano Lyra - Conselheira
 CPF(MF) 802.942.604-63

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto - Diretor Presidente
 CPF(MF) 003.328.604-34
Nancy Virginia K. Lyra - Diretora Vice-Presidente
 CPF(MF) 002.651.014-68
Robert Carlos Lyra - Diretor Superintendente
 CPF(MF) 133.813.344-68
Fernando Lopes de Farias - Diretor Gerente
 CPF(MF) 068.244.044-20
Joaquim Eduardo Lyra de Castro - Diretor
 CPF (MF) 027.761.384-15

MOACIR DA ROCHA BASTOS
 Sup. Controladoria
 CPF 027.750.934-34 - CRC. 1997 - AL

DURVAL VIEIRA ALVES
 Contador
 CPF 241.158.864-04 - CRC. 3947 - AL